

Reunião Ordinária da TIControle

Data: 12/08/2013

Local: Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Participantes

Instituição	Nome	Instituição	Nome
CNJ	Marivaldo Dantas de Araujo	STJ	Leonardo Alan
CNJ	Lúcio Melre da Silva	Prodasen	Alexandre Coelho Batista Júnior
CNJ	Marcelo Lauriano Lúcio	TSE	Elmano Amâncio da Silva Alves
CNJ	Aloysio de Miranda Filho	CJF	André Chiaratto
CGU	Tatiana Zolhof Panisset	CNMP	Paulo Célio Júnior
STF	Karla Berninger	TJRO	Maurício Martinho
MPOG	Fernando Siqueira Junior	Câmara	Carlos Constantino M Nassur
MPOG	Vinícius de Faria Silva		

1) Abertura da Reunião – Dr. Marivaldo Dantas – Secretário Geral da Presidência do CNJ

Dr. Marivaldo abriu a reunião (Secretário Geral da Presidência do CNJ), saudando os presentes e agradecendo pela participação, e destacou a importância da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para os órgãos do Judiciário e, também, da Administração Pública Federal. Abordou alguns assuntos relacionados a boa gestão da coisa pública. Em seguida, os assuntos constantes da pauta foram iniciados. **Melre** (CNJ) iniciou dando boas-vindas aos representantes dos órgãos da TIControle presentes, ressaltando a satisfação de o CNJ em receber a Comunidade. Informou que a pauta é breve e apresentou os assuntos da pauta do dia.

2) Apresentação CNJ: Diretrizes de Contratação de Soluções de TIC para o Poder Judiciário.

Marcelo (CNJ) fez uma exposição do trabalho que está sendo conduzido pelo CNJ que tem como objetivo estabelecer uma resolução que disciplinará as contratações no âmbito dos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ. Reforçou que o trabalho foi encomendado pelo Comitê Nacional de Gestão de TIC do Judiciário, após solicitação da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura, que é composta por quatro Conselheiros do CNJ. O trabalho objetivou ainda atender as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) proferidas em diversos acórdãos de governança. Demonstrou que as diretrizes foram desenvolvidas de forma mais simplificada de modo a refletir a maturidade da maioria dos órgãos do Judiciário e foram elaboradas com base nas boas práticas disponíveis, como o Guia do MPOG, Guia do CJF, Guia do TCU, além de outras conhecidas. Esclareceu que o trabalho foi submetido às instâncias internas do CNJ, à TIControle e foi

disponibilizado em consulta pública. Ressaltou que as contratações seguirão um planejamento que deverá ser elaborado no ano anterior ao da sua execução, e que serão feitas em duas Fases: 1) Elaboração dos Estudos Preliminares e 2) Elaboração do Termo de Referência e do Projeto Básico. Agora a minuta de resolução está sendo apreciada por um dos Conselheiros do CNJ que deverá apresentar ao Plenário em breve. Após a publicação, o Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ deverá promover algumas ações para o fomento dessas diretrizes, como a promoção de um Fórum de Contratações.

Tatiana (CGU) informou que foi elaborada uma Ordem de Serviço que normatiza a etapa de planejamento da contratação, prevista na IN04, no âmbito daquele órgão.

Fernando (MPO) esclareceu que a área de TIC do Ministério elaborou um fluxo de contratações e estabeleceu parâmetros para definir a criticidade das contratações. Reforçou certa dificuldade na implantação do fluxo devido à mudança cultural imposta aos envolvidos. Informa que a IN4/2010 está sofrendo uma nova revisão.

Chiaratto (CJF) informou que aquele órgão está reformulando o Modelo de Contratações de TIC, bem como os prazos estabelecidos no modelo.

3) Apresentação Grupo de Trabalho: Sobreaviso.

Carlos (CD) informou que o Grupo de Trabalho (GT) finalizou uma proposta de Nota Técnica para a regulamentação do tema, a qual foi submetida à área de Gestão de Pessoas, que apresentou algumas observações. Esclareceu que as normatizações propostas foram realizadas com base em alguns instrumentos identificados pelo GT, que identificou algumas dificuldades para a convergência de entendimentos presentes nos instrumentos avaliados. Esclareceu que a proposta deverá ser apresentada na próxima reunião da Comunidade e reforçou a importância dessa Nota Técnica ser chancelada pela Comunidade para facilitar sua aceitação.

4) Pesquisa: Adoção de BYOD (regulamentação / sugestões).

Melre (CNJ) questionou como os órgãos da Comunidade estão tratando a implementação do uso desses dispositivos móveis.

Chiaratto (CJF) informou que aquele Conselho elaborou uma Portaria que irá regulamentar o uso desse tipo de dispositivo, além de outras questões relacionadas.

Alan (STJ), **Elmano** (TSE) e **Carlos** (CD) destacaram a importância da Comunidade trocar conhecimentos e unir esforços para que a regulamentação desse tema ocorra, pois é um caminho sem volta. Destacam, também, a importância de serem avaliados os riscos e identificados os meios seguros para a implementação desse tipo de serviço.

Tatiana (CGU) informou que a sua equipe técnica ainda está prospectando as tecnologias empregadas.

Karla (STF) informou que foi publicada recentemente uma resolução que instituiu o Comitê Corporativo de Segurança da Informação e que uma das atividades será revisar o atual normativo que disciplina o uso de tecnologias no âmbito do STF. Reforça que a adoção desse tipo de serviço é questão de tempo, e a equipe técnica está avaliando a melhor forma de alavancar o uso dos dispositivos e seus impactos.

Paulo (CNMP) esclareceu que aquele Conselho vem ao longo do tempo procurando normatizar vários assuntos relacionados à TIC, e esse tema certamente será um dos que serão avaliados também pela equipe técnica.

Fernando (MPOG) informou que esse assunto foi apreciado pelo Comitê de Segurança daquele Ministério que estabeleceu condições para o uso desse tipo de serviço, e com as devidas responsabilidades para o usuário que utiliza. Agora, estão desenvolvendo palestras de conscientização, principalmente dos riscos relacionados. Sugeriu que fosse feito um levantamento na Comunidade para identificar como cada órgão está ou irá tratar esse assunto. MPOG, CGU, STF e CNJ irão construir uma planilha para envio à Comunidade.

Melre (CNJ) informou que foi publicada recentemente uma Instrução Normativa que disciplina o uso de tecnologia no âmbito do Conselho e que está também envidando esforços no sentido de avaliar a melhor forma de implementação desse e de outros serviços aos usuários. Por exemplo, destacou a disponibilização de uma ferramenta que permitirá aos usuários do CNJ disponibilizarem seus arquivos em uma 'nuvem' privada do Conselho. Informou que sua equipe técnica utilizou o software livre 'owncloud' para a disponibilização desse serviço, e se coloca à disposição dos órgãos que se interessem nesse tipo de implementação.

5) Status das contratações conjuntas:

Tatiana (CGU) informou que o período para que órgãos interessados em participar do registro de preços para contratação de notebooks foi concluído, sendo que alguns encaminharam suas intenções posteriormente ao fechamento do sistema no ComprasNet. Ressaltou, que para esses casos, não será possível a inclusão. Esclareceu, contudo, que o Edital terá previsão do 5x.

Quintino (TCU) enviou mensagem eletrônica informado que:

1. Contratação de serviços Gartner – sofremos interrupção temporária no processo de especificação, porque o Gledson, inicialmente responsável pela tarefa, assumiu outro trabalho, de reorganização interna. Aloquei a colega Simone Bicalho para prosseguir com o processo de contratação, cujo prazo de conclusão do TR é 1º de setembro;
2. Contratação de impressoras – Há previsão de publicação do TR no Comprasnet esta semana, para iniciar a fase de IRP (intenção de registro de preço). Combinei com o Pregoeiro para que sejamos informados da data de publicação, para que os interessados possam fazer o registro de intenção.

Karla (STF) informou que o processo de contratação dos escâneres está em estágio avançado e será analisado em breve pela Assessoria Jurídica e que a quantidade já está estabelecida inviabilizando a contratação conjunta. Esclareceu que em relação aos desktops e impressoras os processos estão andando e deverão ser analisados pela Seção de Editais até 16/08. A área

Administrativa está estudando um 'protocolo' com os procedimentos a serem adotados para as contratações conjuntas, pois isso nunca foi feito antes. Tão logo seja definido o protocolo, esses procedimentos serão compartilhados com os órgãos participantes.

6) Assuntos Gerais:

O CJF irá verificar a possibilidade de sediar a próxima reunião da Comunidade.

Alexandre (PRODASEN) comunicou a mudança na direção do órgão, motivo pelo qual ele compareceu representando o novo diretor, Sr. Victor Guimarães Vieira, que comparecerá na próxima reunião da Comunidade.